



# O Judiciário na Proteção do Meio Ambiente

# O Ministério Público



A atuação da Força-Tarefa (FT) Amazônia do Ministério Público Federal (MPF) de 2019 a 2020:

- resultou em ações penais contra 208 denunciados - entre pessoas físicas e jurídicas - por ilícitos ambientais cometidos na região que abriga a maior floresta tropical do mundo
  - Concentradas nos estados do Amazonas e de Rondônia, as 19 operações deflagradas pelo grupo de trabalho envolveram a articulação de 743 medidas de investigação autorizadas pela Justiça.
-

# O Ministério Público



A Força Tarefa Amazônia realizou a Operação Dilema de Midas, no Pará, por três anos:

- Contra a mineração ilegal de ouro na região, decorrentes de uma investigação inédita sobre o funcionamento de uma das maiores empresas compradoras de ouro no maior polo da mineração ilegal no Brasil, a bacia do Tapajós
  - As apurações resultaram em um retrato do completo descontrole do país sobre a cadeia econômica do ouro
  - Revelou fraudes na compra de 610 quilos de ouro, o equivalente a R\$ 1 bilhão em prejuízos socioambientais
-

# O Supremo Tribunal Federal



- ADI 6808 PSB - inconstitucional concessão de licença ambiental simplificada para empreendimentos de risco médio
  - ADI 6148 impugna a Resolução 491/2018, que estabelece padrões insuficientes para o controle da poluição do ar
  - ADO 59 pede a reativação do Fundo Amazônia
  - ADO 54 questiona a omissão do governo federal no combate ao desmatamento e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
-

# O Supremo Tribunal Federal



- ADPF 651 impugna o decreto que excluiu a sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente
  - ADPF 735, que contesta a Operação Verde Brasil 2 e o uso das Forças Armadas no combate a ilícitos ambientais
  - ADPF 760 demanda a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)
-



# FÓRUM DA GERAÇÃO Ecológica

SENADO  
FEDERAL

COMISSÃO DE  
MEIO AMBIENTE

# Destques



## **Retomada da Democracia Participativa**

43 representantes da sociedade civil brasileira

---

## **Arcabouço Legislativo da Transição Ecológica no Brasil**

Cinco grupos de trabalhos temáticos

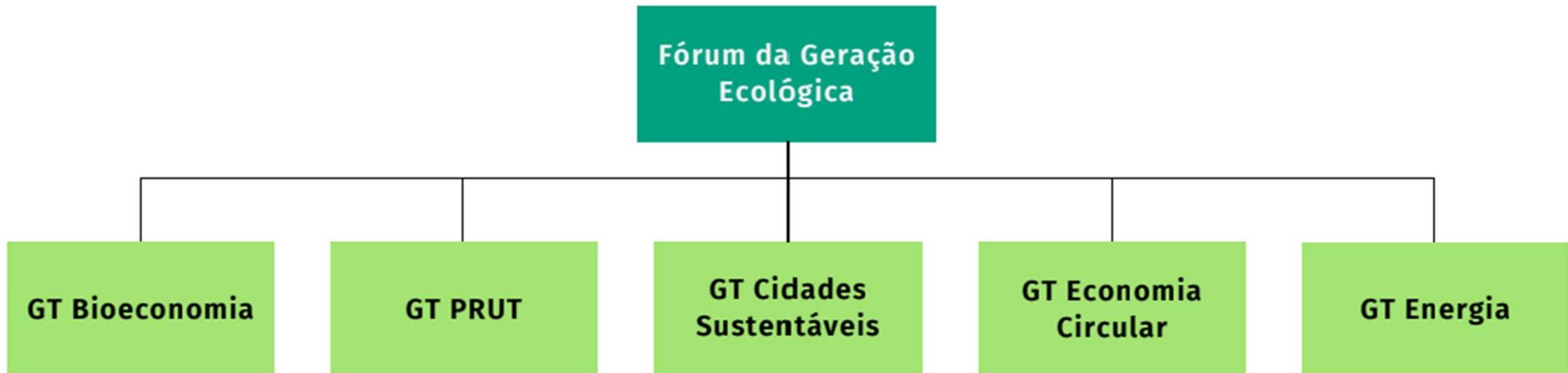
---

## **Parceria técnica com a CEPAL**

05 consultores e acompanhamento periódico

---

# Grupos de Trabalho



51 reuniões  
100+ horas de discussão  
técnica entre os membros

150+ horas  
de trabalho da equipe dos  
facilitadores e consultores

12 meses  
de trabalho para  
consolidação final

# Produtos do Fórum

40.6% dos Projetos de Lei relacionados a meio ambiente e clima protocolados no Senado (Out 22)

- 35 peças legislativas
- 26 projetos lei com o tema da Transição para uma Economia de Baixo Carbono
- 5 Relatórios Técnicos dos Consultores CEPAL
- Fichas das reuniões mensais dos GT's
- Relatório final: Sumário Executivo e Arcabouço Legislativo

# Equipe



**Cada GT contou com o apoio de um estafe, com as seguintes atribuições:**

---

- 1 Facilitador
- 1 consultor técnico externo de conteúdo, contratado através de parceria da CMA com a CEPAL
- 1 consultor técnico da Consultoria Legislativa do Senado
- 1 secretária para apoio administrativo
- Apoio operacional e tecnológico da CMA para as reuniões dos GT's e do FGE
- 1 Coordenador do Gabinete do Senador para orientação na finalização do arcabouço legislativo

# Considerações Finais



# Considerações



- Contexto:
    - O Congresso Nacional funcionava com restrições, em função da pandemia
    - Política do governo federal de desmonte da agenda ambiental e de todos os espaços de participação social constituídos
  - Dessa maneira, havia a intenção de abrir um espaço de diálogo participativo do parlamento com a sociedade civil brasileira, alijada dos processos decisórios no âmbito federal.
-

# Considerações



- O FGE foi um processo democrático e inovador no parlamento brasileiro.
  - Princípios:
    - participação dos membros e membras pessoal e intransferível
    - matérias do arcabouço legislativo 100% pactuadas em cada GT.
  - Em função do isolamento social, todas as reuniões do FGE foram realizadas no modo remoto, exceto a reunião de lançamento do relatório, em 30 de junho de 2022.
-

# Projetos em Destaque

Projeto de Lei  
nº 1.870/22

## Criação de Mecanismos para Transição Ecológica Municipal

Soluções de transformação progressiva do emprego e renda nos municípios através de: criação da Política Nacional de Empregos Verdes rurais e urbanos; iniciativas que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas; e mitigação dos efeitos sociais dos desastres relacionados às mudanças climáticas.

# Projetos em Destaque

Projeto de Lei  
nº 1.855/22

## Economia da Sociobiodiversidade

Marco legal abrangente para uma nova economia da biodiversidade, ainda inexistente, objetivando o desenvolvimento econômico associado à proteção e promoção da diversidade biológica e ecossistemas associados, garantindo o pleno acesso e direitos das comunidades e povos tradicionais.

# Projetos em Destaque

Projeto de Lei  
nº 1.872/22

Projeto de Lei  
nº 1.859/22

Projeto de Lei  
nº 1.862/22

## Inclusão de novos de instrumentos normativos para financiamento da política climática brasileira

Novos mecanismos financeiros para auxiliar na contenção de danos relacionados às mudanças climáticas, através da criação de uma Política Nacional de Cofinanciamento, somada com um Programa de Resiliência e Adaptação das Cidades para Enfrentar as Mudanças Climáticas e incluindo a proteção dos atingidos pelos efeitos seca e as possíveis perdas agrícolas decorrentes de alterações climáticas

# Projetos em Destaque

Projeto de Lei  
nº 1.857/22

## Criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Ampliação de processos agroecológicos e de produção orgânica. Projeto de lei sobre a política da agrobiodiversidade, que inova ao reconhecer o papel do tema na conservação de biomas, combate à emergência climática e garantia da segurança alimentar. Caminhos para o processo de transição para uma agricultura orgânica e linhas para o fomento da agricultura de baixo carbono.

# Projetos em Destaque

Projeto de Lei  
nº 1.878/22

Projeto de Lei  
nº 1.879/22

Projeto de Lei  
nº 1.880/22

## Desenvolvimento e Fomento de Fontes Energéticas Sustentáveis

Criação de incentivos e possibilidades para o desenvolvimento e aprimoramento de fontes energéticas limpas e renováveis, visando a substituição dos combustíveis fósseis. Criação da política de Hidrogênio Verde, da política de produção e uso de Biogás e Biometano, e da política de incentivo para a produção de células de combustíveis. Aperfeiçoamento sobre energia eólica offshore.

## Política Nacional de Economia Circular

Não existe legislação própria da economia circular no Brasil. Necessário instituir um marco legal que estabeleça definições e diretrizes adequadas, responsabilidades entre as partes e estímulos claros para melhorar a competitividade do setor industrial, impulsionando-o para a transição ecológica. Para facilitar essa política no meio industrial, definiu-se políticas de Desoneração de Investimentos em Bens de Capital Verdes e um Regime Fiscal Verde.

# Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC)

---

Março 2023





# Principais atividades



O OPCC foi anunciado na COP26 em 2021. Em 2022, na COP27, os parlamentares participantes assinaram uma declaração conjunta expressando a voz comum dos legisladores latinoamericanos e caribenhos sobre financiamento climático



OPCC



Declaração Conjunta 2021



Declaração Conjunta 2022



Participantes: 15 parlamentares de 11 países de ALC



# FÓRUM DA GERAÇÃO Ecológica

Obrigado

